

## A PROMOÇÃO DE *LOBBYING* NA CONSOLIDAÇÃO DO AGRONEGÓCIO NO BRASIL

João Guilherme Jansen de Araujo<sup>1</sup>

### Resumo

A prática de *lobbying* promovida pelo agronegócio no Brasil é uma realidade que ultrapassa a barreira da influência indireta sobre o Estado e passa a agir de dentro das camadas do mesmo. Grandes proprietários de terra se elegem como deputados e senadores, integram a Frente Parlamentar da Agropecuária (bancada ruralista), criam instituições como a Confederação Nacional da Agropecuária a fim de garantir o sucesso do agronegócio, em detrimento da agricultura camponesa que é a grande produtora de alimentos para o mercado interno. Como resultado, as leis, as políticas públicas e o crédito disponibilizado para o setor primário (agroestratégias) em sua grande maioria beneficiam o setor do agronegócio aumentando a produção de *commodities* reduzindo os alimentos disponíveis e gerando alta no preço dos mesmos.

**Palavras-chave:** *lobbying*, agronegócio, bancada ruralista, agroestratégias.

### Introdução

A ex-ministra da agricultura e atual senadora Kátia Abreu, em entrevista a Mônica Bergamo, para a Folha de São Paulo, em uma de suas primeiras conversas com a imprensa sendo ministra, afirma que no Brasil não existem latifúndios, portanto não haveria necessidade de reforma agrária profunda, ainda que haja evidências da improdutividade de quase 30% das terras em grandes propriedades rurais (COSTA, 2012). Esse é um exemplo prático da influência do agronegócio nas esferas governamentais, principalmente por se tratar da fala de alguém, que além de senadora é presidente da CNA, ex-ministra da agricultura e vem buscando garantir os interesses do agronegócio: defesa de transgênicos, luta contra a PEC do trabalho escravo, etc. Existem algumas estratégias políticas que garantem os interesses do agronegócio, entre elas estão: o *lobbying*, a formação de uma bancada ruralista, a contratação de pessoas com ligações importantes no governo por empresas do ramo agroindustrial, o financiamento de campanhas eleitorais, etc.

O objetivo desse artigo é mostrar como o agronegócio é privilegiado através de agroestratégias, dentre elas: *lobby*, financiamento rural e campanhas destinadas ao público

---

<sup>1</sup> Geografia UFPR – guilherme.jansen@outlook.com

geral, como a campanha Sou Agro (paradigmática no sentido de mudar a opinião pública sobre o papel do agronegócio na sociedade), fazendo um comparativo com quem, produz nossos alimentos. Para isso foram levantadas informações na mídia, documentos do BNDES, artigos científicos, relatórios de entidades como ETC Group, etc. Deste modo primeiro são apresentadas informações sobre a prática de *lobby*, formação da bancada ruralista, uma análise da campanha “Sou agro”, ressaltando as agroestratégias e a necessidade do aumento das áreas agricultáveis, em seguida são apresentados dados sobre os montantes destinados aos agronegócios comparando com a quantidade destinada a agricultura camponesa e por fim, uma análise que identifica quem nos alimenta em realidade.

## 1. A Bancada ruralista

Em primeiro lugar, para situar o debate é importante entender uma definição atribuída ao termo *lobbying*, no livro “*Lobby: O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos*”, Said Farhat (2007, p 54), jornalista que foi secretário de comunicação social durante o governo de João Figueiredo diz:

Toda atividade organizada, exercida dentro da lei e da ética, por um grupo de interesses definidos e legítimos, com o objetivo de ser ouvido pelo poder público para informá-lo e dele obter determinadas medidas, decisões, atitudes.

A origem do termo *lobbying* remete à prática de esperar os governantes nas entradas (*lobbys*) de seus gabinetes com informações consideradas importantes ou privilegiadas a respeito de determinado tema sobre o qual se estivesse legislando ou que fosse do interesse de um determinado grupo.

Partindo para as questões do campo, no artigo “Reciprocidade e Análise das Políticas Públicas Rurais no Brasil”, Eric Sabourin (2012) afirma que:

É natural que o Brasil, país-continente de agricultura tão diversificada, não disponha de uma única política agrícola; porém a tendência que prevaleceu depois da redemocratização consiste em satisfazer a cada setor de acordo com sua capacidade de reivindicação. Em decorrência, privilegiou-se o apoio à agricultura patronal, que dispõe de muito mais força no congresso nacional e nos governos dos principais estados.

No Brasil, no tocante ao agronegócio, o conceito de *lobbying* ultrapassa essa barreira de uma simples influência indireta sobre a forma como se legisla e representantes do agronegócio assumem o papel de legislador garantindo que se governe para seu grupo de interesse.

Assim se inicia o processo de formação da bancada ruralista<sup>2</sup>, formalmente chamada de FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) e outras organizações que buscam garantir que a agenda do agronegócio seja cumprida, como a União Democrática Ruralista (UDR) e a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Esse processo se inicia com o fim da ditadura e a reestruturação da democracia, momento em que se deu um acirramento da questão social no campo e entra na ordem do dia, durante a assembleia constituinte de 1988, a discussão sobre o direito à propriedade privada rural e assim informalmente surge a FPA garantindo esse direito.

Nos anos que se seguiram, apesar da informalidade, a bancada continuava agindo, defendendo posições benéficas para o agronegócio e, portanto, em detrimento ou ampliando a subordinação da agricultura camponesa. Em 1995, foi fundada a Frente Parlamentar da Agricultura, que em 2008 viria a se tornar Frente Parlamentar da Agropecuária.

Atualmente, de acordo com o site oficial, a FPA conta com mais de 200 parlamentares, sendo considerada o grupo de influência mais bem sucedido do estado brasileiro e vem cumprindo seu papel na defesa do desenvolvimento do agronegócio como saída viável para o crescimento do país e para o problema da fome, não só no Brasil, também internacionalmente, englobando discussões como a potencialidade do Brasil a ser celeiro do mundo. No entanto, os defensores do agronegócio acreditam que seja necessário uma expansão das terras passíveis de exploração rural e um avanço tecnológico impulsionado pelo crédito rural.

Alfredo Wagner Berno de Almeida, traz um panorama importante sobre o que ele denomina de *agroestratégias*, em síntese seriam uma série de medidas do agronegócio dentro dos meandros de poder “com o fim de expandir seu domínio sobre amplas extensões de terras no Brasil” (ALMEIDA, 2009).

A partir disso identifica-se que nos últimos anos várias pesquisas indicam para uma solução aparentemente sustentável através do agronegócio e nesse sentido a necessidade de

---

<sup>2</sup> Para uma melhor elucidação do tema ler: “O PRONAF na agricultura: sua criação, distribuição e principais resultados” de Alana Miguel Serafini Fernandes (2013) ou “A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional”, de Sandra Helena Gonçalves Costa(2012).

políticas que atendam suas reivindicações, de forma concisa: mais terras, menos impostos, e financiamento para novos maquinários e fomento de agroindústrias.

No que tange o interesse da FPA em ampliar as fronteiras agrícolas, entra a questão da retirada de entraves jurídico-formais e político-administrativos que criam áreas de preservação ambiental e reserve terras de comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2009) como quilombolas, faxinalenses e indígenas, portanto ameaçando as demarcações de terra já concluídas, impedindo o reconhecimento de novas demarcações.

Outro fator que entrou na pauta do aumento de terras disponíveis foi o novo Código Florestal. O Código que foi especialmente moldado por essa bancada ruralista para atender seus interesses, permite por exemplo, o uso de uma quantidade cada vez maior das áreas de preservação permanente (APP); diminuição das áreas a serem preservadas dentro das propriedades rurais já existentes, por exemplo: a mata ciliar de rios, nascentes e córregos (ALMEIDA, 2009).

Essa necessidade do aumento da quantidade de terras disponíveis está ligada diretamente à produção de *commodities*. O Brasil tem se destacado, ano a ano como produtor de grãos, carne *in natura* e produtos sucroalcooleiros. Entre os motivos determinantes do aumento dessas produções está a sintonia do governo brasileiro e grupos como a CNA, com as políticas estabelecidas internacionalmente por organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial (BM), dentre elas a expansão das áreas produtivas sob o preceito de combater a fome. Mesmo quando mundialmente está claro que uma das causas importantes do aumento do preço dos alimentos está diretamente ligado à diminuição das áreas destinadas a de comida.

## 2. A mudança da representação do agronegócio frente à sociedade: a campanha “Sou agro”

O agronegócio movimenta incontestável valor econômico e forças políticas na sociedade porém, sob o estigma de ser a razão principal da degradação do meio ambiente e da diminuição das florestas nativas. Nesse contexto, surge o movimento “Sou agro”, analisado por Regina Bruno, no artigo intitulado “Movimento Sou Agro: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio” (2012). A argumentação que justifica a necessidade da ação desenvolvida é que o estereótipo de destruição natural em massa é causado por falta de

informações a respeito do movimento agroindustrial, ou seja, as camadas urbanas da sociedade teriam limitado conhecimento de causa dos setores empresariais rurais, necessitando então através de campanhas midiáticas de grande alcance das massas que se fomente a imagem positiva do agronegócio.

O Brasil pode perfeitamente ser potência dos alimentos, da energia limpa e dos produtos advindos da combinação da ciência com a megabiodiversidade. Contar a realidade do agro, mostrando os benefícios sociais, econômicos e ambientais que o setor gera para a toda sociedade é um processo fundamental para pautar o futuro do Brasil com base no desenvolvimento sustentável <sup>3</sup>

A prerrogativa da solução da problemática da fome é um dos principais pontos utilizados na construção dessa imagem supervalorizada dos setores ligados ao agro. Os subterfúgios utilizados para a supervalorização do movimento “Sou Agro” é o de reconhecimento do agro em todas as esferas da vida do cidadão: de forma universalizada estariam todos submetidos e dependentes desse setor imprescindível para a sobrevivência de todos (BRUNO, 2012).

Tudo é agro. Não existe nenhum cidadão que não tenha uma ligação com o agronegócio, que começa com o lençol da cama em que se dorme, os alimentos, o combustível que faz o veículo se movimentar. <sup>4</sup>

Segundo Girardi (2010), neste contexto de expansão e hegemonia do agronegócio um dos grandes problemas do campo é a violência, não somente a violência direta contra camponeses e movimentos sociais, ou a violência passiva (ocorre quando o Estado fecha os olhos para os atos diretos de violência), bem como a violência indireta exercida por fazendeiros, empresários e governos na promoção de *lobbying*, a atuação direta desses mesmos empresários e fazendeiros como deputados e senadores, com o fim de garantir o bem estar de suas propriedades, a criminalização dos movimentos sociais e assim impedir o acesso à terra.

Na contrapartida do processo de valorização do agro o que se ressalta é o uso desses artifícios de marketing em benefício de interesses patronais que justifiquem a degradação da fauna e flora, a omissão em relação à violência no campo, a concentração fundiária e o acúmulo continuado e acelerado de capital, que contradizem todo o discurso defendido em suas mobilizações teoricamente preservacionistas e de melhora da qualidade de vida geral.

<sup>3</sup> [www.agro.basf.com.br](http://www.agro.basf.com.br) (Acessado por Regina Bruno em 31/8/2012)

<sup>4</sup> [www.jvagro.fgv.br/en/node/176](http://www.jvagro.fgv.br/en/node/176) (Acessado por Regina Bruno em 31/8/2012).

### 3. Financiamento

Além do *lobbying* promovido diretamente dentro das esferas do estado no fomento do agronegócio, o sistema financeiro figura entre um de seus impulsionadores mais ferrenhos. Tanto bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil, quanto privados, entre eles o Itaú-Unibanco ou Santander, a maioria deles têm pelo menos uma linha de crédito rural ou funcionam como agentes de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), uma vez que este em sua maioria disponibiliza crédito indiretamente.

Uma característica marcante das operações de financiamento do BNDES ao setor primário é o predomínio das operações indiretas, ou seja, dos repasses através da rede de agentes financeiros credenciados. Em 1999, 93% dos desembolsos (em valor) foram indiretos, o que significa dizer que a interferência direta do BNDES no fluxo de financiamentos para o setor é muito pequena, ou, de outra maneira, que a alocação obedece a critérios de mercado, pois a seleção é realizada pelos bancos comerciais repassadores de recursos (FILHO et al, 2000).

O crédito rural é fundamental na expansão da produção agrícola, pois dá condições de aquisição e renovação de maquinário, compra de insumos, internacionalização de empresas nacionais, ampliação de propriedades agrícolas, cooperativas, agroindústrias, contratação de mão de obra, construção e reforma de infraestrutura necessária para escoamento de produção.

Nesse sentido, o BNDES é fundamental na expansão agrícola brasileira, principalmente nas últimas décadas. Desde a sua criação o Banco tem como missão o avanço das atividades industriais através do financiamento de parques industriais, infraestrutura e fontes de energia, no sentido de substituir as importações e diminuir a participação da agropecuária no PIB. Mas na década de 1980 o governo brasileiro passou a transferir a função de financiador do campo das mãos de outros bancos para o BNDES, e nas décadas de 1990 e 2000 houve um processo de expansão do crédito rural oferecido, lhe conferindo cada vez mais o dever de financiar o crescimento do agronegócio. (FILHO et al, 2012).

Em 2013, o BNDES desembolsou R\$ 26,5 bilhões para a agroindústria (BNDES, 2014). É preciso desmembrar esse montante para entender melhor a que setores está sendo destinado esse dinheiro. De acordo com dados fornecidos pelo banco no informe setorial de junho de 2014 e demonstrados na tabela 1 que foi retirada do informe, afere-se que: produção de soja, desde do

cultivo até os produtos finais, receberam a maior parte dos valores do BNDES para a agroindústria em 2013, cerca de 44,0% ou R\$ 11,7 bilhões; cana-de-açúcar R\$ 4,1 bilhões; a cadeia de carnes em todos os seus processos recebeu 12,8% dos desembolsos e recebeu o valor de R\$ 3,4 bilhões; a cadeia de bebidas recebeu R\$ 815 milhões; a cadeia do leite atingiu o valor de R\$ 1,24 bilhão em 2013. Outras cadeias produtivas receberam o valor de R\$ 5,2 bilhões, destaque para as cadeias de café, com valor de R\$ 797 milhões, e fruticultura, com valor de R\$ 584 milhões (BNDES, 2014)

**Tabela 1. Desembolso por cadeias**

Cadeia	Valor (R\$)	Variação (%) – 2012
Grãos	11.746.777.725	93,82
Açúcar	4.111.676.217	80,37
Carnes	3.391.722.878	34,93
Leite	1.243.722.175	17,10
Bebidas	814.777.350	(43,12)
Outros	5.243.120.549	26,77
<b>Total</b>	<b>26.551.796.893</b>	<b>51,86</b>

Fonte: BNDES.

Somando os valores destinados à produção de *commodities* (grãos, produtos sucroalcooleiros e carnes) chegamos a quase 20 bilhões de reais, em comparação com esse montante expressivo, o valor destinado através do BNDES, no mesmo ano, ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi “de R\$ 1,68 bilhão, distribuídos em um total de 60.622 operações. Nesse programa, foram alocados 6,3% do total dos desembolsos e 29,9% de todas as operações realizadas pelo BNDES para a agropecuária em 2013” (BNDES, 2014).

Outra faceta importante do BNDES a ser analisada é de ser agente do Estado brasileiro no incentivo a internacionalização de empresas nacionais. O artigo “O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões” de Alem e Cavalcanti (2005) mostra a importância de:

Orientar a criação de uma linha capaz de estimular a inserção e o fortalecimento de empresas brasileiras no mercado internacional, pelo apoio à implantação de investimentos ou projetos a serem realizados no exterior, promovendo o incremento das exportações brasileiras (ALEM E CAVALCANTI, 2005)

Operações de fusão, aquisição, venda de divisões entre outras servem para ampliar o poder e influência dessas empresas e a participação delas na mesa das pessoas. Exemplificando esse poder mostra-se que em países desenvolvidos 80% das operações de distribuição de alimentos está nas mãos dessas grandes corporações (CABEZA, 2010).

Um dos exemplos mais recentes de incentivo para a internacionalização é o da criação da BR Foods, empresa que surgiu da união entre Sadia e Perdigão em 2009, momento em que a Sadia sofria problemas financeiros pela primeira vez desde sua fundação, por esse motivo “o governo neste momento interviu, através do BNDES, e manifestou interesse em ajudar a unir Perdigão e Sadia em uma única empresa” (BROERING, 2012).

#### 4. Alimentação

A partir das informações analisadas anteriormente surge a necessidade de entender a produção de alimentos e a fome, assim a questão da resolução da problemática da fome é complexa de ser analisada. Há uma mistificação sobre quem alimenta a população, muito se credita a cadeia industrial de alimentos, por seus números exorbitantes de lucros e seu amplo desenvolvimento tecnológico, no entanto percebe-se a discrepância dos fatos quando analisada essa questão de forma mais profunda.

Por mais que a centralidade da produção de valor agregado possa parecer auto evidente, essa característica claramente distingue a agricultura camponesa dos outros tipos de agricultura. Embora o modo empresarial também se oriente para a produção de valor agregado, o seu progresso é construído essencialmente pelo aumento de escala da produção, o que muitas vezes é viabilizado pela aquisição de outras unidades produtivas (frequentemente as pequenas). Dessa forma, a apropriação das oportunidades de produzir valor agregado também faz parte da sua estratégia. A agricultura capitalista centra-se na produção de lucros, mesmo que isso implique a redução do valor agregado total. (PLOEG, 2009).

Tentando buscar uma resposta, o ETC Group publicou “*Con el caos climático, quién nos alimentará: ¿La cadena industrial de producción de alimentos o la red campesina?*”



(2013) obteve diversos dados em sua pesquisa, segundo eles, hoje cerca de 30% dos alimentos são cultivados pela cadeia industrial, que utiliza-se de 70 à 80% da área cultivável do mundo, enquanto a rede campesina provê 70% da comida que vai à mesa das pessoas em todo mundo utilizando de 20 à 30 por cento da terra cultivável. Estima-se que o monocultivo industrial é muito mais prejudicial à saúde humana se comparado a agricultura campesina, que na “contramão” do processo industrial é baseada no capital ecológico. Dentre tantos fatores desfavoráveis, é a agricultura camponesa que promove resistência de todo processo agroindustrial.

A resistência não é mais uma forma de reação, mas sim de produção e ação [...]. Resistência não é mais aquela dos trabalhadores da fábrica; é uma resistência completamente nova baseada na inventividade [...] e na cooperação autônoma entre sujeitos produtores [e consumidores]. É a capacidade de desenvolver novas potencialidades constitutivas que vão além das formas prevalecentes de dominação (NEGRI, 2006 apud PLOEG, 2009)

O camponês tem sua vida marcada pela luta diária contra o sistema imposto, sua relação com o meio em que vive é por si só determinado pela escapatória com soluções ambientais simples que os desviam dos diversos contratempos implantados pelo agronegócio.

A agricultura camponesa não atinge parâmetros para que se possa equiparar em fatores numéricos a superioridade produtiva em relação ao agronegócio, tendo em vista que os camponeses não tem o mesmo espaço físico e tampouco o poderio econômico equivalente para a comparação, mas podemos analisar por outro viés.

A agricultura camponesa tem por características a diversidade na produção agrícola, a intensa relação do ser com o meio ambiente, o desmatamento dos biomas não é característico desse tipo de agricultura, esses fatos nos elucidam o quanto o meio ambiente estaria preservado garantindo ao homem qualidade de vida e diminuição dos desastres naturais.

O envolvimento às práticas agroecológicas também assegura a soberania em relação à propriedade da terra, promovendo a fixação das pessoas à terra, entre elas as comunidades tradicionais e indígenas, que minimizaria de forma exponencial o êxodo rural.

Felizmente, milhares de pequenas explorações tradicionais ainda existem na maior parte das paisagens rurais do terceiro mundo. A produtividade e sustentabilidade de tais agro ecossistemas podem ser otimizadas com métodos agroecológicos e, desta maneira, podem formar a base da soberania alimentar, definida como o direito da cada nação ou região a manter e desenvolver sua

capacidade de produzir colheitas de alimentos básicos com a diversidade de cultivos correspondente. O conceito emergente de soberania alimentar enfatiza o acesso dos agricultores à terra, às sementes e à água, enfocando a autonomia local, os mercados locais, os ciclos locais de consumo e de produção local, a soberania energética e tecnológica e as redes de agricultor a agricultor (ALTIERI, 2010)

Os “resistentes” também utilizam de mecanismos para garantir a variedade de alimentos, desenvolvendo técnicas de produção que se mostram eficientes independente da época do ano, alternando os cultivos estabelecendo maior tempo de utilização dos solos, garantindo a preservação da diversidade grãos e sementes para gerações futuras, além de desenvolverem e melhorarem diversos tipos de sementes nativas.

A luta por autonomia, resultante dessa condição, tem como objetivo e materializa-se na criação e no desenvolvimento de uma base de recursos autogerida, envolvendo tanto recursos sociais como naturais (conhecimento, redes, força de trabalho, terra, gado, canais de irrigação, terraços, esterco, cultivos, etc.). A terra constitui pilar central dessa base de recursos, não só do ponto de vista material, mas também simbólico. Ela representa o suporte para atingir um certo nível de independência. Ela é, assim como foi, o porto seguro a partir do qual o mundo hostil deve ser encarado e confrontado. Daí vem a centralidade da terra em muitas das lutas camponesas do passado e do presente (PLOEG, 2009).

## Considerações Finais

O modo empresarial utiliza-se das agroestratégias como *lobby*, bancada ruralista e o discurso do aumento da produtividade, do desenvolvimento das tecnologias para justificar sua atuação, o contexto que observa-se para alcançar esse fim é obscuro, a estimulação de monoculturas por exemplo, desencadeia uma série de problemas ambientais como a diminuição da biodiversidade e a deterioração dos solos, o já citado favorecimento de interesses de empresas que beneficiam o fomento de grandes latifúndios e resultam num controle de mercado e acabam por aniquilar as possibilidades de competição mercantil de agricultores camponeses, além de estimular o desmatamento das florestas e assim promovendo a diminuição do bioma para favorecimento da expansão pecuária.

Miguel A. Altieri, 2010, em seu Artigo intitulado: Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar, identifica vários pontos positivos na produção camponesa, entre eles:

áreas de produção camponesa que se mostram mais produtivas por hectare plantado quando comparadas com as grandes propriedades rurais.

Com isso então podemos concluir que o processo produtivo da agricultura camponesa, recebendo os incentivos econômicos e sociopolíticos devidos e tendo sua importância valorizada, minimiza uma série de problemas sociais, como a fome, e ambientais que são acarretados no atual modelo da agricultura convencional.

### Referências Bibliográficas

ALEM, A. C.; Cavalcanti, C. E. O BNDES e o Apoio à Internacionalização das Empresas Brasileiras: Algumas Reflexões. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 12, n. 24. dez. 2005.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. AGROESTRATÉGIAS E DESTERRITORIALIZAÇÃO: DIREITOS TERRITORIAIS E ÉTNICOS NA MIRA DOS ESTRATEGISTAS DOS AGRONEGÓCIOS. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de et al. **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. Revista NERA. Presidente Prudente: Unesp, 2010.

BEL FILHO, Egmar del et al. **Apoio do BNDES à agroindústria: retrospectiva e visão de futuro**. 2012. Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos\\_perspectivas\\_setoriais/Setorial60anos\\_VOL2Agroindustria.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro60anos_perspectivas_setoriais/Setorial60anos_VOL2Agroindustria.pdf)>.

Acesso em: 10 mar. 2015.

BERGAMO, Mônica. Não existe latifúndio no Brasil, diz nova ministra da Agricultura. 2015.

Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/01/1570557-nao-existe-mais-latifundio-no-brasil-diz-nova-ministra-da-agricultura.shtml>>. Acesso em: 15 mar. 2015.

BNDES (Brasil). **Informe Setorial: O BNDES e a agroindústria em 2013**. 2014. Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/Informe\\_2014\\_01.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/setorial/Informe_2014_01.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BROERING, Laurent Wiliam. **O PAPEL DOS RECURSOS POLÍTICOS NO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS: Estudo de caso da Brasil Foods**. São Paulo, 2012. Disponível em:

<[http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/caso\\_brasil\\_foods\\_-\\_versao\\_final\\_final\\_finalx.pdf](http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/caso_brasil_foods_-_versao_final_final_finalx.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BRUNO, Regina Angela Landim. MOVIMENTO SOU AGRO: marketing, habitus e estratégias de poder do agronegócio. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Forquilha. **Anais**. Águas de Lindoia: Anpocs, 2012. p. 1 - 29.

CABEZA, Manuel Delgado. EL SISTEMA AGROALIMENTARIO GLOBALIZADO: IMPERIOS ALIMENTARIOS Y DEGRADACIÓN SOCIAL Y ECOLOGICA. *Economía Crítica*, Sevilla, v. 10, p.32-61, 2010.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **A questão agrária no Brasil e a bancada ruralista no congresso nacional**. 2012. 325 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <[http://www.mstempdados.org/sites/default/files/2012\\_SandraHelenaGoncalvesCosta\\_VCorr.pdf](http://www.mstempdados.org/sites/default/files/2012_SandraHelenaGoncalvesCosta_VCorr.pdf)>. Acesso em: 25 abr. 2015.

ETC GROUP. **Con el caos climático, quién nos alimentará::** ¿La cadena industrial de producción de alimentos o la red campesina?. 2013. Disponível em: <[http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/WhoWillFeedUs\\_Annotated\\_Version-SPANISH-Sep20.pdf](http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/WhoWillFeedUs_Annotated_Version-SPANISH-Sep20.pdf)>. Acesso em: 26 abr. 2015.

FARHAT, Said. Lobby: O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos. São Paulo: Ed. Peirópolis, 2007.

FAVERET FILHO, Paulo; LIMA, Eriksom Teixeira; PAULA, Sergio Roberto Lima de. **O PAPEL DO BNDES NO FINANCIAMENTO AO INVESTIMENTO AGROPECUÁRIO**. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1204.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/bnset/set1204.pdf)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

FERNANDES, Alana Miguel Serafini. **O PRONAF na agricultura: sua criação, distribuição e principais resultados**. 2013. 57 f. TCC (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/79225/000900902.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

FRENTE PARLAMENTAR AGROPECUARIA (Brasil). **História da FPA**. Disponível em: <<http://fpagropecuaria.org.br/fpa>>. Acesso em: 09 jun. 2015.

PLOEG, J. D. V. Sete Teses Sobre a Agricultura Camponesa. In: Agricultura Familiar Camponesa na Construção do Futuro. PETERSON, P. (org) Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009, p. 17-32.

REPORTER BRASIL. A ilusão da escolha nos supermercados brasileiros. 2015. Disponível em: <<https://ninja.oximity.com/article/A-ilusão-da-escolha-nos-supermerc-1>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

SABOURIN, Eric. RECIPROCIDADE E ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS RURAIS NO BRASIL. Ruris, Campinas, v. 6, n. 2, p.53-90, set. 2012.